



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL IRMÃOS SCALON

Presidente Prudente-SP, agosto de 2026.





Sumário

1. BREVE SÍNTESE DO PROCESSADO	1
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS CAUSAS QUE FUNDAMENTAM O PEDIDO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1
2.1. Expansão do setor sucroenergético e inserção da Família Scalon.....	3
2.2. Implantação da Usina Aurora e contexto setorial sucroalcooleiro.....	4
2.3. Crise sistêmica setorial e impactos nos negócios dos Irmãos Scalon	5
3. CREDORES DOS IRMÃOS SCALON.....	9
4. PLANO DE RECUPERAÇÃO A SER APRESENTADO AOS CREDORES	12
4.1 Dos meios de recuperação	12
4.2 A silvicultura como atividade estratégica para geração de caixa	13
4.3 Dos parâmetros adotados para a análise da viabilidade econômica e financeira do projeto de silvicultura	17
4.3.1 Ciclo 1: do plantio à colheita.....	19
4.3.1.1 Síntese integrada das 07 fases do projeto de silvicultura que compõem o primeiro ciclo: do plantio à colheita	27
4.4 Equipamentos necessários para a implementação e consolidação do projeto de silvicultura em seus ciclos produtivos.....	30
4.5 Colaboradores necessários para a implementação e consolidação do projeto de silvicultura	33
4.6 Da geração de caixa do empreendimento	35
4.6.1 Racional estratégico da proposta	35
4.6.2 Dinâmica do Fluxo de Caixa: Período pré-Operacional e Investimento (Anos 1 a 6).....	35
4.6.3 Ciclo de Colheita e Amortização (Anos 7 a 9).....	36
4.6.4 Da fonte de recursos para o investimento	37
4.7. Deságio sobre o total da dívida para conciliação com a geração de caixa e juros sobre saldo devedor.....	37
4.8 Da proposta de pagamento aos credores.....	38
5. LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	39
6. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	40
7. ENCERRAMENTO	41



PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1. BREVE SÍNTESE DO PROCESSADO

Em dezembro de 2025 Lídio Scalon, Orivaldo Scalon e Luís Fernando Scalon, este último, representante do Espólio de Fioravante Scalon, apresentaram pedido de tutela cautelar antecedente, deferido por meio da decisão de fls. 534-546 dos autos do processo nº 0870776-8.2025.8.12.0001, que tramita na Vara Regional de Falências, Recuperações e de cartas precatórios cíveis em geral, da Comarca de Campo Grande/MS.

Decorrido o prazo e não tendo obtido êxito nas negociações junto a credores, ingressaram com o Pedido de Recuperação Judicial de fls. 893 e seguintes, do referido processo.

Uma vez preenchidos os requisitos necessários, em 30.06.2026, foi deferido o processamento da Recuperação Judicial e nomeado o administrador judicial, nos termos da r. decisão de fls. 1385/1396.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS CAUSAS QUE FUNDAMENTAM O PEDIDO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A trajetória empresarial da Família Scalon teve início no final da década de 1960, quando Lídio Scalon fundou a Oficina Aurora, em Presidente Prudente/SP, especializada em serviços de torno e solda. Na mesma época, o seu irmão, Fioravante, adquiriu um posto de combustível na mesma cidade, aplicando na gestão do empreendimento recém adquirido a experiência e os conhecimentos acumulados no setor bancário e na Companhia Shell de combustíveis.

Em razão das perspectivas promissoras e do evidente potencial de expansão dos negócios, em 1980 o mais novo do clã, Orivaldo, passou a integrar as atividades empresariais, consolidando de forma definitiva a atuação conjunta dos três membros da família Scalon.

O desempenho positivo do posto de combustível possibilitou a aquisição da Fazenda Santo Antônio, em Anaurilândia/MS, marco inicial da atividade agropecuária da família.

Com a expansão dos negócios, os irmãos instalaram, também em Presidente Prudente, a Retífica de Motores Aurora e, em 1978, formalizaram a sociedade Scalon e Cia Ltda., reunindo empreendimentos industriais e rurais.



Nos anos seguintes, os irmãos ampliaram e diversificaram suas operações, passando, também, a produzir ferramentas e implementos agrícolas, além de ampliarem significativamente as áreas de pastagens e o rebanho bovino.

A fase expansiva foi marcada, também, pela geração expressiva de empregos, que na década de 1980 já alcançava aproximadamente cem colaboradores, evidenciando a relevância econômica e social do grupo.

A prosperidade consolidou-se com a fundação da Aurora Tratores, concessionária dedicada à comercialização e manutenção de tratores, que ao longo dos anos representou marcas como CBT, Miller, Ford New Holland e John Deere.

Em 1998, os irmãos arrendaram o Frigorífico Santa Marina, em Martinópolis/SP, empreendimento posteriormente descontinuado em razão de barreiras sanitárias impostas pelo Estado de São Paulo. Na mesma época, alterações regulatórias ambientais reduziram a demanda pelos serviços da Oficina Aurora, culminando em sua descontinuidade.

Em contrapartida, no início dos anos 2000, Orivaldo inaugurou em Presidente Prudente uma concessionária de veículos da marca Mitsubishi, reforçando a presença da família no setor automotivo e demonstrando capacidade de adaptação às mudanças de mercado.

Ao longo de mais de cinco décadas, a Família Scalon consolidou-se como agente econômico relevante na região oeste do estado de São Paulo e também no Mato Grosso do Sul, com atuação diversificada em retífica de motores, revendas de veículos e tratores, além de propriedades rurais de grande porte.

A gestão dos negócios, pautada pela ética e pela visão estratégica dos três irmãos, assegurou não apenas a expansão contínua dos empreendimentos, mas também uma contribuição consistente para o desenvolvimento regional, materializada na geração de empregos formais, na criação de renda e no recolhimento regular de tributos.

A condução responsável e profissional dos negócios consolidou a família como agente econômico de destaque, capaz de aliar crescimento sustentável à valorização da comunidade à qual está inserida.

2.1. Expansão do setor sucroenergético e inserção da Família Scalon

No início dos anos 1990, o setor sucroenergético brasileiro passou por um processo de desregulamentação que, associado ao reposicionamento estratégico de empresas, ao incremento



do investimento estrangeiro direto e às oscilações do preço internacional do petróleo, impulsionou a sua expansão.

Esse movimento resultou na destinação de capital para estados com pouca tradição no cultivo de cana-de-açúcar em larga escala, como Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás (Fernandes, 2022, p. 66).

Nesse cenário, Fioravante Scalon identificou uma oportunidade estratégica e, em parceria com um ex-colaborador da Usina Alcídia, iniciou o projeto de implantação de uma usina de açúcar e álcool em Anaurilândia/MS.

Tratava-se de um empreendimento *greenfield*, ou seja, uma unidade industrial concebida integralmente a partir do zero em localidade sem infraestrutura prévia, representando um marco de inovação e diversificação nas atividades da Família.

A decisão foi sustentada pela, então, sólida condição financeira da família e pela propriedade rural já existente na região, cujas terras apresentavam aptidão para o cultivo da cana-de-açúcar, além da possibilidade de arrendamento de áreas vizinhas.

O projeto contou ainda com a participação de um sócio minoritário, detentor de 5% da sociedade, cuja experiência técnica agregava conhecimento operacional relevante. A iniciativa recebeu apoio institucional do setor público municipal, que contribuiu com a doação de 100 alqueires destinados ao plantio da matéria-prima, reforçando o caráter estratégico da implantação.

O modelo de financiamento estruturado para viabilizar o empreendimento previa a utilização de recursos próprios complementados por crédito subsidiado por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/89, consolidado como instrumento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

No início dos anos 2000, o FCO destinava crédito com condições diferenciadas (juros reduzidos e prazos estendidos) com o objetivo de estimular investimentos em regiões historicamente carentes de capital privado.

A operacionalização do fundo era realizada pelo Banco do Brasil, com recursos provenientes do BNDES e de arrecadações do Imposto de Renda e do IPI, configurando um mecanismo de fomento essencial para a consolidação do projeto.



2.2. Implantação da Usina Aurora e contexto setorial sucroalcooleiro

No início dos anos 2000, os irmãos Scalon identificaram a oportunidade de complementar com recursos próprios a obtenção de capital necessária para a implantação de uma usina de açúcar e álcool em Anaurilândia/MS.

A operação de crédito foi estruturada em duas etapas, tendo como garantia inicial 6.000 alqueires de terras.

O projeto, originalmente concebido para uma capacidade de moagem de 500.000 toneladas/ano, foi posteriormente ampliado para 1.000.000 toneladas/ano, em alinhamento às tendências de mercado e como estratégia de posicionamento competitivo frente à entrada de grupos nacionais e internacionais na região.

Essa expansão elevou o investimento estimado para aproximadamente R\$ 40 milhões, exigindo maior captação de recursos junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e a ampliação das garantias apresentadas ao Banco do Brasil, incluindo novas propriedades rurais, imóveis urbanos e veículos.

As obras da unidade, denominada Usina Aurora, foram iniciadas em 2006, conduzidas por empresas terceirizadas responsáveis pela mão de obra e montagem industrial, sob liderança direta de Fioravante Scalon e participação do sócio minoritário.

Entretanto, entre 2010 e 2015, a crise do setor sucroenergético, caracterizada pela queda nos estoques de etanol e pelo aumento dos custos de produção, intensificou a restrição de crédito por parte das instituições financeiras, comprometendo o fluxo de capital necessário para a conclusão das obras e a expansão da capacidade produtiva planejada.

Esse cenário foi agravado pelas oscilações do mercado internacional de petróleo entre 2009 e 2017, período marcado por ciclos de crise e recuperação econômica. Conforme Fernandes (2022)¹, podem ser identificadas três fases distintas: a primeira, de fevereiro de 2009 a julho de 2014, caracterizou-se por elevação contínua da cotação, passando de US\$ 43,24 para US\$ 109,24 por barril; a segunda, até janeiro de 2016, refletiu a desaceleração da economia mundial, com queda acentuada para US\$ 30,80 por barril, patamar semelhante ao observado em fevereiro de 2004; e a terceira, encerrada em dezembro de 2017, registrou recuperação parcial, com o barril atingindo US\$ 64,21.

¹ FERNANDES, Douglas. **Setor sucroenergético no Oeste Paulista: desenvolvimento, grupos econômicos e grau de dependência do emprego**. Unesp, 2022. (tese de doutorado)



Em paralelo, o mercado internacional do açúcar apresentou, entre 2011 e 2015, queda gradual nos preços em razão do aumento da produção mundial, retomando alta em 2016. Contudo, em 2017 iniciou-se novo ciclo de baixa, decorrente da superprodução da Índia e da Tailândia, além da elevação dos estoques globais.

Somado a isso, o período de 2010 a 2015 refletiu os impactos da crise do subprime, caracterizada pela elevação das taxas de juros e pela escassez de crédito.

O setor sucroenergético, já altamente endividado, enfrentou maior seletividade das instituições financeiras, comprometendo a liquidez e levando diversas empresas à falência ou à adoção de medidas de reestruturação.

2.3. Crise sistêmica setorial e impactos nos negócios dos Irmãos Scalon

No cenário interno, a política de preços da Petrobras, ao manter a gasolina artificialmente em patamares reduzidos, comprometeu a competitividade do etanol e a atratividade econômica das unidades produtoras.

O aumento dos custos de produção, associado à crise hídrica, reduziu estoques e margens de rentabilidade, gerando insegurança entre investidores e retração generalizada no setor.

Nesse contexto, os irmãos Scalon, que haviam estruturado a Usina Aurora com investimentos estimados em R\$ 40 milhões e dependência significativa de crédito via Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), enfrentaram dificuldades críticas.

O Banco do Brasil, responsável pela operacionalização do fundo, não liberou a segunda fase dos recursos previstos, tampouco autorizou a utilização das garantias já apresentadas. Essa retenção de patrimônio (incluindo terras, imóveis e veículos) impediu a geração de liquidez e inviabilizou tanto a conclusão das obras quanto as adaptações exigidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A não liberação dos recursos comprometeu diretamente a viabilidade da Usina Aurora e, consequentemente, a sustentabilidade das demais empresas da Família.

Sem acesso ao capital prometido, os irmãos Scalon foram obrigados a utilizar recursos próprios de forma desproporcional, afetando o fluxo de caixa das demais atividades.

O patrimônio dado em garantia permaneceu indisponível, impossibilitando sua liquidação para geração de liquidez imediata.

O bloqueio financeiro desencadeou uma crise sistêmica, interrompendo o ciclo de expansão e afetando todos os negócios da Família.



Entretanto, os efeitos não se restringiram ao setor sucroenergético.

A concessionária Mitsubishi enfrentou queda acentuada nas vendas e políticas industriais desfavoráveis, levando ao encerramento da operação. A revenda John Deere sofreu com exigências contratuais restritivas que reduziram sua competitividade.

A Retífica Aurora perdeu relevância diante da evolução tecnológica dos motores e da mudança nos hábitos de consumo, enquanto a Aurora Tratores não conseguiu compensar as perdas após o fim da parceria com a John Deere.

Em 2014, a Usina Aurora interrompeu definitivamente sua produção, ampliando os impactos sobre fornecedores, colaboradores, parceiros e instituições financeiras, e consolidando a crise sistêmica que atingiu os irmãos Scalon.

A interrupção definitiva da Usina Aurora representou um marco crítico para os empreendimentos conduzidos pelos irmãos Scalon.

Concebida como vetor de expansão e reposicionamento estratégico, a usina deveria inserir o grupo em um dos setores mais promissores da economia nacional.

Contudo, sua paralisação desencadeou um efeito cascata que comprometeu a liquidez, a credibilidade e a sustentabilidade das demais empresas, transformando um projeto de crescimento em um passivo de grande proporção.

Do ponto de vista técnico, a interrupção gerou três impactos estruturais: o primeiro foi a perda de liquidez, decorrente da alocação de grande parte do patrimônio em garantias vinculadas ao crédito do FCO, cuja segunda fase não foi liberada, impedindo a conversão desses ativos em capital de giro. O segundo foi a inadimplência sistêmica, já que a usina, sem gerar receita suficiente, deixou de honrar compromissos com fornecedores, colaboradores e instituições financeiras, dificultando novas negociações de crédito; e o terceiro foi a descapitalização dos negócios tradicionais, pois setores como agropecuária, revenda de máquinas agrícolas e retífica de motores passaram a sustentar financeiramente o projeto inviável, comprometendo sua capacidade de reinvestimento e adaptação às mudanças de mercado.

A crise nos negócios tradicionais dos irmãos Scalon ocorreu de forma concomitante à inviabilidade da Usina Aurora, comprometendo de maneira decisiva a capacidade de recuperação dos negócios.

Historicamente, a diversificação de atividades funcionava como pilar de estabilidade e fonte de liquidez, atuando como mecanismo de amortecimento diante das oscilações setoriais.



Contudo, em curto espaço de tempo, esses empreendimentos perderam competitividade e rentabilidade, deixando de exercer sua função estratégica e agravando os efeitos da crise no setor sucroenergético.

A concessionária Mitsubishi foi diretamente impactada pela retração do mercado automotivo e por políticas de repasse de veículos sem demanda, resultando no encerramento da operação.

A revenda John Deere (Aurora Tratores) enfrentou exigências contratuais restritivas que reduziram a autonomia da gestão local e comprometeram sua capacidade de adaptação, gerando resultados inconsistentes e aumento de passivos.

A Retífica Aurora, por sua vez, perdeu relevância em razão da evolução tecnológica dos motores e da mudança nos hábitos de consumo, que reduziram a prática de “fazer o motor”.

Já a Aurora Tratores, após o término da parceria com a John Deere, foi descontinuada, consolidando a retração das atividades industriais e comerciais do grupo.

Essas crises setoriais simultâneas retiraram dos negócios tradicionais a função de sustentação financeira, transformando-os em geradores de novos passivos e reduzindo ainda mais a capacidade de reinvestimento.

A perda de competitividade afetou a confiança de fornecedores e instituições financeiras, dificultando renegociações e captação de crédito, enquanto a descapitalização impediu a modernização e adaptação às transformações de mercado, instaurando um ciclo de retroalimentação negativa.

O cenário agravou-se em fevereiro de 2022 com o falecimento de Fioravante Scalón, cuja ausência representou não apenas uma perda humana irreparável, mas também a ruptura da liderança estratégica e operacional.

Fioravante concentrava a articulação com instituições financeiras e detinha conhecimento técnico acumulado ao longo de décadas de gestão, elementos que eram fundamentais para a condução das atividades empresariais da família.

A paralisação definitiva da Usina Aurora, em 2014, gerou efeitos que extrapolaram o empreendimento em si, desencadeando um conjunto de ações trabalhistas e cíveis contra a empresa e seus sócios.

Esse processo ampliou o passivo judicial e comprometeu a liquidez, a credibilidade institucional e a capacidade de reinvestimento, transformando dificuldades pontuais em uma crise sistêmica de longo prazo.



A judicialização em larga escala drenou recursos que poderiam ser destinados à manutenção das operações e intensificou a percepção de risco junto a instituições financeiras e fornecedores.

A atuação do Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso do Sul (MPT-MS) agravou o cenário ao impor medidas restritivas e fiscalizatórias, elevando os custos de conformidade e exigindo investimentos adicionais em adequações legais que o grupo não tinha condições de suportar.

O bloqueio do rebanho, considerado patrimônio estratégico, representou um impacto direto na liquidez. Além de ser fonte recorrente de receita, o gado funcionava como ativo de garantia em operações financeiras. Com a restrição de comercialização e movimentação, houve severa limitação na geração de capital de giro, comprometendo a capacidade de honrar compromissos imediatos e reduzindo a confiança de parceiros comerciais.

Apesar das dificuldades, foram pagos mais de R\$ 24,46 milhões a credores, distribuídos em 27 processos extintos em razão dos pagamentos realizados, demonstrando o esforço dos sócios em mitigar parte de suas obrigações financeiras.

Ao longo dos últimos vinte anos, aproximadamente 46% dos credores iniciais foram extintos, evidenciando a tentativa de preservar a credibilidade institucional mesmo em meio às dificuldades enfrentadas pelos irmãos Scalón.

A crise sistêmica que atingiu os negócios provocou um cenário de elevado endividamento, comprometendo totalmente a capacidade de cumprimento das obrigações financeiras dentro da estrutura vigente.

A insuficiência de recursos para atender às demandas dos credores evidenciou a inviabilidade de manutenção do modelo atual de operação, tornando imperativa a adoção de medidas gerenciais específicas.

Torna-se mandatória a adoção de instrumentos indispensáveis para reorganizar o passivo, viabilizar o pagamento dos credores e assegurar a continuidade das atividades da família Scalón.

A recuperação judicial não apenas representa uma resposta técnica à crise, mas também um mecanismo de preservação da função social das atividades da família, garantindo empregos, renda e estabilidade econômica para o entorno comunitário.



3. CREDORES DOS IRMÃOS SCALON

Nos termos da Lei nº 11.101/2005, os credores reunidos no presente Plano de Recuperação Judicial estão organizados em classes distintas, de acordo com a natureza de seus créditos e garantias.

Os créditos trabalhistas e equiparados abrangem aqueles derivados da legislação trabalhista.

Já os créditos com garantia real correspondem às obrigações garantidas por hipoteca, penhor ou anticrese, até o limite do valor do bem gravado.

Os créditos quirografários, por sua vez, compreendem aqueles sem garantia real ou privilégio especial, abrangendo fornecedores, prestadores de serviços, instituições financeiras e demais obrigações contratuais não enquadradas nas classes anteriores.

Por fim, a classe das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) constitui categoria autônoma.

Assim, a classificação dos credores cumpre dupla função: de um lado, confere segurança jurídica e previsibilidade ao processo de recuperação; de outro, assegura justiça distributiva, equilibrando os interesses dos diversos credores e viabilizando a melhoria da liquidez.

O presente plano observa, rigorosamente, esses princípios, buscando:

1. Preservar a função social das atividades profissionais da recuperanda, inclusive mediante o desenvolvimento de uma nova atividade produtiva (silvicultura);
2. Promover a satisfação ordenada e proporcional dos créditos, em conformidade com a legislação vigente.

Para fins de plena transparência e em estrita observância ao disposto da Lei nº 11.101/2005, a família Scalon, no âmbito deste Plano de Recuperação Judicial, apresenta a relação detalhada de seus credores, devidamente organizada em classes distintas, conforme a natureza dos créditos e as garantias que os respaldam.

A sistematização que antecede a elaboração das tabelas não se limita apenas a uma exigência legal, mas traduz a necessidade de racionalização e equilíbrio no processo de reestruturação empresarial.

Os créditos estão posicionados na data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial, totalizando o montante de **R\$ 236.953.167,45**.



CLASSES DE CREDORES	VALOR (EM R\$)	%
Extraconcursais	R\$ 1.549.467,25	0,65%
Classe I - Trabalhistas e Equiparados	R\$ 1.057.256,65	0,45%
Classe II - Garantia Real	R\$ 207.878.704,48	87,73%
Classe III - Quirografários	R\$ 24.420.460,77	10,31%
Classe IV - ME / EPP	R\$ 2.047.278,30	0,86%
VALOR TOTAL DOS CRÉDITOS	R\$ 236.953.167,45	100,00%

EXTRACONCURSAIS				
NOME DO CREDOR	CPF/ CNPJ	NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	VALOR DO CRÉDITO	%
AGROTERENAS S/A CANA	49.894.132/0001-01	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - EXTRACONCURSAL	R\$ 1.549.467,25	100,00%
TOTAL			R\$ 1.549.467,25	100,00%
% SOBRE O TOTAL DOS CRÉDITOS			0,65%	

CLASSE I - TRABALHISTAS E EQUIPARADOS				
NOME DO CREDOR	CPF/ CNPJ	NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	VALOR DO CRÉDITO	%
ALEXANDRA MARIA MARTINS BUENO	097.615.538-92	TRABALHISTA - CLASSE I	R\$ 506.581,60	47,91%
PEDRO AUGUSTO BUENO	645.346.939-15	TRABALHISTA - CLASSE I	R\$ 506.581,60	47,91%
GAZZETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS	00.858.477/0001-02	TRABALHISTA - CLASSE I	R\$ 44.093,45	4,17%
TOTAL			R\$ 1.057.256,65	100,00%
% SOBRE O TOTAL DOS CRÉDITOS			0,45%	

CLASSE II - GARANTIA REAL				
NOME DO CREDOR	CPF/ CNPJ	NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	VALOR DO CRÉDITO	%
AGROTERENAS S/A CANA	49.894.132/0001-01	HIPOTECÁRIO - CLASSE II	R\$ 207.149.762,24	99,65%
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	54.305.743/0001-07	HIPOTECÁRIO - CLASSE II	R\$ 728.942,24	0,35%
TOTAL			R\$ 207.878.704,48	100,00%
% SOBRE O TOTAL DOS CRÉDITOS			87,73%	

CLASSE III - QUIROGRAFÁRIOS				
NOME DO CREDOR	CPF/ CNPJ	NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	VALOR DO CRÉDITO	%
GERONYMA GARCIA TELLES	031.491.108-1	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 10.461.837,30	42,84%
USICAMP IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA.	79.743.837/0001-80	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 3.954.401,85	16,19%
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO PARANAPANEMS - SICOOB CREDIVALE	01.637.949/0001-60	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 2.465.962,75	10,10%
EPÓLIO DE VERA LUCIA REBES	970.540.038-53	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 2.117.707,78	8,67%
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	54.305.743/0001-07	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 1.921.365,82	7,87%
TOLLER E GUERRA APOIO ADM LTDA EPP	19.971.318/0001-48	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 867.315,18	3,55%
WILMA LUCIA GOTTARDI GUIMARÃES E RAUL RENATO GOMES GUIMARÃES	558.088.248-34	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 765.251,98	3,13%
COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO	54.366.547/0001-34	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 681.347,94	2,79%
JOÃO DOMINGOS GUAREZ E NADIR APARECIDA	230.436.368-72	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 561.633,39	2,30%
MELKE E PRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS	08.895.066/0001-07	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 297.705,16	1,22%
FSA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	07.886.565/0001-6	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 215.791,66	0,88%
JN ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA	00.746.462/0001-52	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 80.419,21	0,33%
TALITA MENEZES DE ALMEIDA	338.592.498-78	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 29.720,75	0,12%
TOTAL			R\$ 24.420.460,77	100,00%
% SOBRE O TOTAL DOS CRÉDITOS			10,31%	

CLASSE IV - ME / EPP				
NOME DO CREDOR	CPF/ CNPJ	NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	VALOR DO CRÉDITO	%
EDNA BELTRÃO ME	09.043.339/0001-40	CRÉDITO ME / EPP - CLASSE IV	R\$ 2.047.278,30	100,00%
TOTAL			R\$ 2.047.278,30	100,00%
% SOBRE O TOTAL DOS CRÉDITOS			0,86%	

TOTAL DOS CRÉDITOS			R\$ 236.953.167,45	100,00%
---------------------------	--	--	---------------------------	----------------



NOME DO CREDOR	CPF/ CNPJ	NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO	VALOR DO CRÉDITO	%	% ACUM.
AGROTERENAS S/A CANA	49.894.132/0001-01	ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - EXTRAJUDICIAL - HIPOTECÁRIO CLASSE II	R\$ 208.699.229,49	88,08%	88,08%
GERONYMA GARCIA TELLES	031.491.108-1	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 10.461.837,30	4,42%	92,49%
USICAMP IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA.	79.743.837/0001-80	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 3.954.401,85	1,67%	94,16%
COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO VALE DO PARANAPANEMS - SICOOB CREDIVALE	01.637.949/0001-60	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 2.465.962,75	1,04%	95,20%
EPÓLIO DE VERA LUCIA REBES	970.540.038-53	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 2.117.707,78	0,89%	96,09%
EDNA BELTRÃO ME	09.043.339/0001-40	CRÉDITO ME / EPP - CLASSE IV	R\$ 2.047.278,30	0,86%	96,96%
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	54.305.743/0001-07	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 1.921.365,82	0,81%	97,77%
TOLLER E GUERRA APOIO ADM LTDA EPP	19.971.318/0001-48	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 867.315,18	0,37%	98,14%
WILMA LUCIA GOTTARDI GUIMARÃES E RAUL RENATO GOMES GUIMARÃES	558.088.248-34	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 765.251,98	0,32%	98,46%
HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	54.305.743/0001-07	HIPOTECÁRIO - CLASSE II	R\$ 728.942,24	0,31%	98,77%
COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO ESTADO DE SÃO PAULO	54.366.547/0001-34	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 681.347,94	0,29%	99,05%
JOÃO DOMINGOS GUAREZ E NADIR APARECIDA	230.436.368-72	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 561.633,39	0,24%	99,29%
ALEXANDRA MARIA MARTINS BUENO	097.615.538-92	TRABALHISTA - CLASSE I	R\$ 506.581,60	0,21%	99,50%
PEDRO AUGUSTO BUENO	645.346.939-15	TRABALHISTA - CLASSE I	R\$ 506.581,60	0,21%	99,72%
MELKE E PRADO ADVOGADOS ASSOCIADOS	08.895.066/0001-07	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 297.705,16	0,13%	99,84%
FSA ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	07.886.565/0001-6	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 215.791,66	0,09%	99,93%
JN ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS LTDA	00.746.462/0001-52	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 80.419,21	0,03%	99,97%
GAZZETTI ADVOGADOS ASSOCIADOS	00.858.477/0001-02	TRABALHISTA - CLASSE I	R\$ 44.093,45	0,02%	99,99%
TALITA MENEZES DE ALMEIDA	338.592.498-78	QUIROGRAFÁRIO - CLASSE III	R\$ 29.720,75	0,01%	100,00%
TOTAL			R\$ 236.953.167,45	100,00%	100,00%

4. PLANO DE RECUPERAÇÃO A SER APRESENTADO AOS CREDORES

Expostas as causas que levaram os empreendimentos da família Scalon à situação de baixa liquidez, que culminaram na necessidade de recorrer aos benefícios da Lei 11.101/05, assim como a estrutura do quadro de credores, a presente seção aborda os meios de recuperação da atividade econômica e financeira da família, com proposta de liquidação de seus débitos junto aos credores da Recuperação Judicial.

4.1 Dos meios de recuperação

O art. 50 da Lei 11.101/05 elenca diversos meios que podem ser utilizados com o objetivo de propiciar suporte às empresas e produtores rurais que se encontram em recuperação judicial e necessitam dos benefícios desta para a manutenção de sua atividade econômica e social.

Neste caso, será adotado como **alternativa viável e legal** para a recuperação financeira e pagamento dos credores relacionados neste plano de recuperação:

- Dilação de prazos e obtenção de condições especiais de pagamento** de obrigações vencidas e vincendas;



A engenharia econômica que se faz necessária para a geração de caixa a ser direcionada ao pagamento dos credores da recuperanda passa necessariamente pela reestruturação das atividades operacionais.

Nesse sentido, propõe o presente plano uma reestruturação operacional e estratégica como passaremos a expor.

Conforme apontamentos já abordados no decorrer do tópico 2, as empresas dos irmãos Scalon encontram-se inativas, impossibilitadas de geração de caixa com vistas a contribuir para com pagamentos aos credores.

O rebanho bovino, outrora fonte de liquidez e garantia, foi destinado ao pagamento de credores após a ação pública movida pelo MPT/MS.

Portanto, a alternativa restante, porém viável, é fazer uso das propriedades rurais da família Scalon, localizadas no município de Ribas do Rio Pardo-MS.

É imperativo ressaltar que tais propriedades rurais encontram-se localizadas estrategicamente na região leste do estado de Mato Grosso do Sul, conhecida como “Vale da Celulose”, por concentrar *cluster* de empresas da cadeia produtiva da celulose, contemplando grandes corporações como Suzano, Eldorado Brasil, Arauco, Brascell e Sylvamo. A região engloba os municípios de Inocência, Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo.

4.2 A silvicultura como atividade estratégica para geração de caixa

De maneira a justificar a viabilidade da recuperação econômica de outrora, busca-se a partir dos benefícios da Lei 11.101/05, as condições necessárias para a implantação de projeto de silvicultura de eucalipto, que objetiva a geração de caixa para pagamento aos credores.

Nesse sentido, como será apresentado, trata-se de alternativa viável desde que conciliada com o deferimento do pedido de recuperação judicial, que permitirá a geração de caixa a ser destinada ao pagamento de credores.

A implantação de um sistema de produção de eucalipto na propriedade dos irmãos Scalon, no município de Ribas do Rio Pardo/MS, localizada no “Vale da Celulose de Mato Grosso do Sul” e destinada ao fornecimento de matéria-prima para as indústrias de celulose da região, apresenta justificativa técnica e mercadológica robusta, sustentada tanto pela posição estratégica do imóvel quanto pela dinâmica de expansão do setor no centro-leste do estado.

A propriedade encontra-se em um raio privilegiado de atendimento, distante 180 km de Ribas do Rio Pardo, 340 km de Três Lagoas, 180 km de Bataguassu e 320 km de Inocência,



inserindo-se em um perímetro altamente favorável para o abastecimento estratégico das principais plantas industriais de celulose do país.

Essa proximidade assegura vantagens logísticas expressivas, reduzindo custos de transporte, aumentando a eficiência operacional e garantindo regularidade no fornecimento às unidades já em operação e àquelas que se encontram em fase de construção, tornando a produção a ser ofertada, de elevado interesse do mercado comprador.

Em Ribas do Rio Pardo está instalado o Projeto Cerrado da Suzano, inaugurado em 2024, considerado a maior fábrica de celulose em linha única do mundo, com capacidade de produção de 2,55 milhões de toneladas anuais². Em Três Lagoas operam a Eldorado Brasil Celulose, com capacidade superior a 1,5 milhão de toneladas por ano, e unidades da própria Suzano, que consolidaram o município como polo industrial de relevância global.

Além dessas, empresas como Bracell e Arauco, entre as maiores indústrias de papel e celulose do Brasil³, possuem projetos e expansões voltados para Mato Grosso do Sul, reforçando a atratividade da região e ampliando a demanda por florestas plantadas de eucalipto.

Bataguassu e Inocência, por sua vez, integram o perímetro de expansão florestal e logística, fortalecendo o caráter estratégico da região como polo integrado de produção e escoamento.

Os investimentos anunciados para Bataguassu e Inocência representam marcos na consolidação de Mato Grosso do Sul como polo mundial do setor. Em Bataguassu, a Bracell, pertencente ao grupo indonésio Royal Golden Eagle (RGE), confirmou a construção de uma megafábrica de celulose solúvel especial, com capacidade projetada de 2,8 milhões de toneladas anuais.

O aporte financeiro estimado para implantação das citadas indústrias é de aproximadamente US\$ 4 bilhões, equivalentes a cerca de R\$ 25 bilhões, com expectativa de geração de 10 mil empregos na fase de construção e milhares de postos permanentes após o início das operações. Esse empreendimento reforça a estratégia da companhia de ampliar sua presença no Brasil e consolidar Mato Grosso do Sul como hub estratégico da indústria de celulose, somando-se a projetos já em andamento em outras cidades do estado.⁴

² Fonte: <https://www.suzano.com.br/noticia/suzano-inaugura-oficialmente-a-maior-fabrica-de-celulose-em-linha-unica-do-mundo>

³ Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/economia/produtoras-de-celulose-em-ms-estao-na-lista-de-10-industrias-mais-ricas-no-pais>

⁴ Fonte: <https://www.bataguassu.ms.gov.br/noticias/bracell-confirma-instalacao-de-megafabrica-em-bataguassu-e-consolidam-um-grande-investimento-privado-da-historia-do-municipio/>



Em Inocência, a multinacional chilena Arauco anunciou investimento de US\$ 4,6 bilhões para implantação de uma nova planta industrial de celulose, prevista para entrar em operação em 2027. O projeto transformará o município, que possui pouco mais de 8 mil habitantes, em polo industrial de relevância internacional, com impactos diretos na economia local e regional⁵.

A unidade terá capacidade de produção de milhões de toneladas anuais, voltada principalmente para exportação, e deverá gerar milhares de empregos diretos e indiretos, além de estimular investimentos em infraestrutura e serviços para atender à nova demanda populacional e logística.

Esses empreendimentos somam-se às plantas já consolidadas em Ribas do Rio Pardo, com o Projeto Cerrado da Suzano, e em Três Lagoas, com unidades da Suzano e da Eldorado Brasil, compondo o chamado Vale da Celulose.

A região já recebeu mais de R\$ 75 bilhões em investimentos privados e caminha para ultrapassar 11 milhões de toneladas de produção anual, consolidando-se como um dos maiores polos de celulose do mundo⁶.

Nesse contexto, Bataguassu e Inocência assumem papel estratégico na expansão da fronteira florestal e industrial do estado, garantindo fornecimento contínuo de matéria-prima e ampliando a competitividade internacional da celulose brasileira.

Do ponto de vista mercadológico, Mato Grosso do Sul consolidou-se como o segundo maior produtor de celulose do Brasil, responsável por mais de 7 milhões de toneladas anuais, o que representa cerca de 32% da produção nacional.

Em 2025, o setor movimentou US\$ 1,44 bilhão em exportações, superando soja e carne bovina como principais produtos da pauta estadual. Entre janeiro e outubro de 2025, foram exportadas 5,8 milhões de toneladas, consolidando o estado como líder absoluto nas exportações⁷.

Esse desempenho evidencia a robustez da demanda internacional e a necessidade de expansão contínua das áreas de cultivo de eucalipto para assegurar regularidade no abastecimento das indústrias, corroborando com a proposta dos irmãos Scalon para a geração de caixa a ser destinada ao pagamento de seus credores.

⁵ Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/economia/inocencia-corre-contr-o-tempo-para-abrigar-investimento-de-us-4-6-bi-da-arauco>

⁶ Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/economia/senado-debate-impactos-do-crescimento-da-celulose-no-leste-de-mato-grosso-do-sul>

⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/11/25/celulose-assume-lideranca-nas-exportacoes-do-ms-apos-superar-soja-e-carne-bovina.ghtml>



Além dos aspectos econômicos e logísticos, a implantação do sistema de produção de eucalipto na propriedade da família Scalon contribui para a sustentabilidade socioambiental da região.

O cultivo intensivo de eucalipto em áreas previamente destinadas à pecuária e agricultura promove maior eficiência no uso da terra, reduz a pressão sobre biomas nativos e atende às exigências de certificação ambiental internacional, fator que amplia a competitividade da celulose brasileira nos mercados europeu e asiático.

A matriz energética de Mato Grosso do Sul, composta em 94% por fontes limpas, fortalece ainda mais a sustentabilidade do setor e posiciona o estado como referência mundial em produção florestal responsável⁸.

Assim, a implantação do projeto de silvicultura na propriedade dos irmãos Scalon encontra respaldo técnico, mercadológico e socioambiental na posição estratégica dentro do Vale da Celulose, na proximidade com as maiores indústrias do setor e nos números robustos de produção e exportação que consolidam Mato Grosso do Sul como polo mundial da celulose.

A iniciativa garante vantagens logísticas, assegura fornecimento contínuo às plantas industriais, fortalece a competitividade internacional e contribui para o desenvolvimento socioeconômico regional, validando plenamente a viabilidade do empreendimento.

O projeto de produção de eucalipto ora proposto assume relevância estratégica diante da consolidação do Vale da Celulose como maior polo industrial do setor no Brasil. A localização da área, próxima às unidades de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas, Bataguassu e Inocência, proporciona condições logísticas altamente favoráveis, permitindo o abastecimento regular e eficiente das indústrias já em operação e das que se encontram em fase de expansão.

Essa inserção territorial posiciona a propriedade em integração direta com a cadeia produtiva, reforçando seu potencial como fornecedora de matéria-prima essencial.

A crescente demanda por madeira de eucalipto, impulsionada pelos investimentos bilionários das companhias líderes do setor, encontra resposta direta no projeto proposto, que oferece base produtiva capaz de atender às exigências crescentes do mercado.

A produção de eucalipto em larga escala, associada às condições climáticas favoráveis da região, assegura elevados índices de produtividade e qualidade da madeira, elementos essenciais para sustentar o ritmo de expansão das indústrias florestais.

⁸ Fonte: <https://www.campograndenews.com.br/economia/ms-chega-a-94-de-energia-proveniente-de-fontes-limpas-com-aumento-da-biomassa>



A iniciativa contribui para reduzir riscos de desabastecimento, assegurando estabilidade operacional às fábricas e fortalecendo a posição de Mato Grosso do Sul como líder global no setor.

Além da relevância econômica, o projeto possui importância socioambiental, uma vez que o cultivo de eucalipto em áreas previamente destinadas à pecuária e agricultura promove maior eficiência no uso da terra e reduz a pressão sobre biomas nativos.

A adoção de práticas de manejo florestal certificadas internacionalmente amplia a competitividade da celulose brasileira nos mercados europeu e asiático, que demandam produtos alinhados a padrões rigorosos de sustentabilidade.

O projeto de produção de eucalipto, portanto, configura-se como a alternativa viável para a implementação da **Recuperação Judicial** dos irmãos Scalon, apresentando-se como caminho que poderá viabilizar de forma concreta e segura a reestruturação financeira.

O empreendimento consolida-se como alternativa estratégica para a geração de caixa destinada ao cumprimento das obrigações financeiras e quitação dos seus débitos junto aos credores, ao mesmo tempo em que assegura a sustentabilidade da atividade rural.

A previsibilidade de receitas, necessárias para a efetiva recuperação econômica e financeira dos irmãos Scalon, confere maior segurança financeira ao plano de **Recuperação Judicial**, permitindo o planejamento de longo prazo e a manutenção da liquidez necessária para honrar compromissos com credores, além de viabilizar novos investimentos em tecnologia, infraestrutura e práticas de manejo sustentável.

Portanto, o projeto se estabelece como alternativa viável para a aprovação e implementação da **Recuperação Judicial** dos irmãos Scalon, garantindo a geração de caixa necessária ao pagamento dos credores, mas também consolida a propriedade como agente de desenvolvimento regional, integrando objetivos econômicos, sociais e ambientais em um modelo produtivo sustentável e competitivo.

4.3 Dos parâmetros adotados para a análise da viabilidade econômica e financeira do projeto de silvicultura

A elaboração de um Plano de Recuperação Judicial exige a definição clara de parâmetros que orientem a análise de viabilidade econômica e financeira das estratégias propostas.

Parâmetros, nesse contexto, consistem em **critérios técnicos, financeiros e operacionais que servem como referência para avaliar a consistência das projeções, a adequação dos investimentos e a capacidade de geração de resultados ao longo do tempo.**



A importância dos parâmetros em um Plano de Recuperação Judicial reside no fato de que conferem objetividade e transparência ao processo de avaliação, permitindo que credores, investidores e demais *stakeholders* compreendam de forma fundamentada os pressupostos que sustentam o projeto.

A ausência de parâmetros bem definidos poderia tornar a análise subjetiva e pouco confiável, comprometendo a credibilidade do plano e a segurança das decisões que dele decorrem.

No caso específico dos irmãos Scalon, a estratégia de quitação dos débitos contempla a utilização de área disponível para a produção de eucalipto destinado ao complexo de celulose no estado de Mato Grosso do Sul.

O projeto de silvicultura delineado neste plano, concebido como prática de manejo florestal sustentável, **será conduzido em um único ciclo produtivo, a ser implementado em 03 áreas distintas, as quais serão apresentadas no decorrer das projeções financeiras.**

A execução de um único ciclo tem como objetivo primordial a geração de recursos financeiros suficientes para a quitação integral dos débitos contraídos junto aos credores dos irmãos Scalon, assegurando a viabilidade econômica e a responsabilidade socioambiental da iniciativa.

Após a conclusão do primeiro ciclo produtivo, destinado exclusivamente à quitação dos débitos junto aos credores, os ciclos subsequentes do projeto de silvicultura serão direcionados às atividades da família Scalon. Esses novos ciclos terão como objetivo assegurar a continuidade das práticas de manejo florestal, promovendo geração de renda sustentável e fortalecendo a base econômica necessária para o desenvolvimento das iniciativas familiares futuras.

O ciclo adotado no presente plano (Primeiro Ciclo) corresponde ao processo que se inicia com o plantio das mudas e se estende até a colheita (corte). Nesse estágio (plantio), em termos gerais, há a preparação do solo, a escolha das espécies mais adequadas e a implantação da floresta.

Durante os anos seguintes, as árvores passam por fases de crescimento e desenvolvimento, sendo submetidas a tratamentos culturais como adubação, controle de pragas e desbastes seletivos. O objetivo é conduzir o povoamento até a maturidade, quando, então, as árvores atingem o porte e a qualidade desejada para a exploração.



A etapa final desse ciclo é a colheita, momento em que a madeira é retirada e poderá ser destinada às diferentes cadeias produtivas, como celulose, papel, carvão vegetal ou construção civil.

Cada uma das fases que compõem o ciclo será detalhada na sequência, com a apresentação dos parâmetros que orientam sua execução.

Essa abordagem permitirá demonstrar, de forma sistemática e fundamentada, como o projeto de silvicultura se insere no contexto do Plano de Recuperação Judicial proposto pelos irmãos Scalón e como contribuirá para a quitação dos débitos existentes.

4.3.1 Ciclo 1: do plantio à colheita

A silvicultura, enquanto disciplina de manejo florestal, estrutura o primeiro ciclo produtivo em um conjunto de sete etapas, anuais, que se estendem desde a implantação da floresta até a colheita. Esse ciclo constitui a base do sistema, pois estabelece o povoamento florestal e assegura a produção inicial de madeira e demais bens de origem florestal.

O planejamento das fases é conduzido de forma metódica e criteriosa, garantindo que o desenvolvimento das árvores ocorra de maneira ordenada, eficiente e em conformidade com os objetivos econômicos e ambientais do empreendimento.

Ao longo desse processo, são executadas sete etapas interdependentes, cada qual com funções específicas que abrangem desde o plantio das mudas até a maturidade do povoamento, momento em que se torna apto para exploração.

O manejo adequado em cada fase é determinante para assegurar qualidade da madeira, maximizar a produtividade e promover a sustentabilidade, reduzindo perdas e otimizando o uso dos recursos naturais disponíveis.

O primeiro ciclo silvicultural não se restringe apenas ao crescimento das árvores, mas representa um processo contínuo de planejamento, monitoramento e intervenção técnica. A condução rigorosa das fases que o compõem garante que a floresta alcance o ponto ideal de colheita, consolidando o investimento realizado e preparando o terreno para ciclos subsequentes, como o de rebrota, que assegurarão a continuidade da produção florestal.



FASE 1 – PLANTIO E MANUTENÇÃO INICIAL (ANO 1)

A fase de plantio representa o marco inicial do projeto de silvicultura propostos pelos irmãos Scalon e configura-se como o momento determinante para a definição do potencial produtivo da área destinada ao cultivo do eucalipto.

É nesse estágio que se estabelecem as condições agronômicas, técnicas e operacionais que irão sustentar todo o ciclo subsequente de manutenção e desenvolvimento da floresta.

A preparação criteriosa do solo, a seleção genética adequada das mudas e a definição do espaçamento entre linhas e plantas constituem fatores essenciais para assegurar vigor, homogeneidade do povoamento e maximização da produtividade futura.

Sob a perspectiva técnica, o processo envolve correção da acidez, descompactação e adequação da fertilidade do solo, criando ambiente favorável ao desenvolvimento radicular.

Concomitantemente, são implementadas medidas de manejo inicial, como controle de plantas competidoras, irrigação suplementar e monitoramento fitossanitário, que visam reduzir perdas precoces e garantir a sobrevivência das mudas.

A eficiência operacional é contemplada por meio de planejamento logístico, que otimiza recursos, reduz custos e assegura a execução dentro do cronograma previsto. A abertura de estradas e carregadores, a retirada de obstáculos e a aplicação de corretivos como calcário e herbicidas complementam o conjunto de práticas indispensáveis para a implantação do sistema produtivo.

Sob o ponto de vista econômico-financeiro, o plantio concentra o maior volume de investimento inicial, abrangendo insumos, mão de obra, serviços e infraestrutura. Embora represente a etapa mais onerosa, é também a mais decisiva para o retorno esperado, já que falhas nesse estágio podem comprometer a produtividade e, conseqüentemente, a capacidade de geração de receita futura.

Cada atividade deve ser acompanhada de cálculos específicos, como custo por hectare, custo operacional por hora/máquina e custo unitário por muda, permitindo mensurar o investimento total e projetar o impacto sobre o fluxo de caixa do empreendimento.

No primeiro ano, o plantio e a manutenção ocorrem de forma simultânea, integrando práticas como irrigação inicial, adubação de cobertura, aplicação de herbicidas pré-emergentes e controle de pragas. Essas ações não se configuram como etapas isoladas, mas como atividades complementares e que asseguram o estabelecimento saudável das árvores recém-plantadas.



O acompanhamento técnico constante e a aplicação planejada de insumos consolidam o desenvolvimento inicial das mudas, garantindo condições adequadas para o crescimento uniforme da floresta.

Trata-se de uma fase que exige rigor técnico e racionalidade econômica, assegurando tanto a sustentabilidade agrônômica, quanto a viabilidade financeira do projeto, além de fortalecer o compromisso dos irmãos Scalon com o Plano de Recuperação Judicial.

A execução rigorosa e coordenada do plantio garante a formação de uma base sólida para a produção de eucalipto assegurando a viabilidade econômica e financeira futura do empreendimento e, conseqüentemente, a sustentabilidade dos irmãos Scalon em seu processo de reestruturação.

A primeira fase contempla, ainda, o planejamento detalhado das áreas de plantio, as operações de irrigação e replantio, assegurando que todas as variáveis sejam devidamente consideradas.

Cada atividade é acompanhada de indicadores específicos, como custo por hectare, custo por quilômetro na retirada de cercas, custo operacional por hora/máquina e custo unitário por muda, com vistas a mensurar o investimento total e projetar seu impacto sobre o fluxo de caixa.

Além da introdução das mudas em solo previamente preparado, são realizadas também práticas complementares como irrigação, adubação, controle de plantas competidoras e proteção contra pragas e doenças, garantindo o estabelecimento saudável da floresta recém-criada. Essas operações não se configuram como etapas isoladas, mas como atividades paralelas que asseguram uniformidade e vigor ao povoamento.

A manutenção necessária no primeiro ano do projeto é iniciada com a adubação de cobertura, entre três e seis meses, seguida por aplicações de herbicidas e controle sistemático de pragas, garantindo a sobrevivência das mudas e preparando o povoamento para as etapas subsequentes.

FASE 2 – MANUTENÇÃO (ANO 2)

A segunda fase do projeto de silvicultura corresponde ao estágio de consolidação do crescimento inicial das mudas de eucalipto. Trata-se de um momento decisivo para assegurar que o povoamento ocorra de forma homogêneo e vigoroso.



A segunda fase do projeto é mandatória para criar as condições necessárias ao pleno potencial produtivo da floresta, estabelecendo a base que sustentará as fases subsequentes do primeiro ciclo.

A fase dois se organiza em três frentes principais de execução: nutrição, controle da competição e proteção fitossanitária.

A adubação de cobertura é aplicada conforme as necessidades nutricionais da cultura, fornecendo elementos essenciais como nitrogênio, fósforo e potássio, que estimulam o crescimento vegetativo e fortalecem a estrutura das árvores.

Em paralelo, o controle da vegetação invasora é realizado por meio de herbicidas pré e pós-emergentes, prevenindo tanto a germinação de novas plantas quanto a expansão das já existentes. O uso de glifosato em linhas e entrelinhas é particularmente relevante, pois mantém o solo livre de competidores e assegura que água, luz e nutrientes sejam direcionados exclusivamente às mudas de eucalipto.

A terceira frente de atuação consiste na proteção contra pragas, conduzida por aplicações terrestres ou aéreas.

Práticas preventivas reduzem significativamente os riscos de perdas de produtividade, protegendo o povoamento contra insetos e organismos capazes de comprometer o desenvolvimento uniforme da floresta.

Dessa forma, a manutenção contínua garante que o crescimento inicial se consolide sem interferências externas que possam limitar o desempenho da cultura.

Em termos estratégicos, a segunda fase (ano 2) pode ser compreendida como uma série de investimentos em manutenção integrada: a adubação de cobertura, que assegura nutrição constante e crescimento saudável; os herbicidas e o glifosato, que eliminam competidores e preservam os recursos do solo para as mudas; e o controle de pragas, que protege a floresta contra ameaças biológicas, garantindo uniformidade e vigor.

Assim, a segunda fase consolida o desenvolvimento inicial e prepara o povoamento para alcançar maior robustez nas etapas seguintes do ciclo silvicultural.

FASE 3 – MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO INTERMEDIÁRIA (ANO 3)

A terceira fase do projeto de silvicultura representa um momento estratégico de sustentação do crescimento das mudas de eucalipto, ocasião em que o manejo técnico é



direcionado para a consolidação da floresta e a preparação para as etapas mais avançadas de desenvolvimento.

Trata-se de momento do projeto de produção de eucalipto que exige disciplina operacional e aplicação planejada de insumos, garantindo que o povoamento mantenha uniformidade, vigor e resistência frente a fatores externos que possam comprometer sua evolução.

Entre as principais atividades, destaca-se a adubação de cobertura, ajustada às necessidades nutricionais específicas do período, assegurando o fornecimento contínuo de elementos essenciais para o crescimento vegetativo e fortalecimento estrutural das árvores.

A aplicação sistemática de herbicidas pré e pós-emergentes previne a germinação de plantas invasoras e controla a vegetação espontânea nas entrelinhas. O uso de glifosato em linhas e entrelinhas mantém o solo livre de competidores, permitindo que água, luz e nutrientes sejam direcionados exclusivamente às árvores de eucalipto.

O controle de pragas continua sendo intensificado nesta fase, por meio de aplicações terrestres ou aéreas, abrangendo áreas críticas e garantindo que o povoamento se mantenha saudável e uniforme.

Práticas preventivas continuam sendo imprescindíveis para evitar perdas de produtividade e assegurar que o projeto mantenha sua trajetória de crescimento, reduzindo riscos que poderiam comprometer a viabilidade econômica.

O terceiro ano do primeiro ciclo deverá contribuir diretamente para o objetivo central do projeto: formar uma floresta homogênea, produtiva e financeiramente sustentável. Ao assegurar nutrição adequada, eliminar competidores e proteger contra pragas, esta etapa preserva e potencializa os investimentos realizados no plantio e nas fases anteriores.

FASE 4 – MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO INTERMEDIÁRIA (ANO 4)

A quarta fase do projeto de silvicultura, em seu quarto ano do primeiro ciclo, representa um avanço significativo no ciclo de manutenção da floresta de eucalipto, diferenciando-se da etapa anterior por concentrar esforços em práticas de manejo mais específicas e voltadas à sustentação do crescimento intermediário das árvores.

Enquanto a terceira fase apresentava como objetivo principal consolidar o desenvolvimento inicial do povoamento, esta etapa aprofunda o manejo nutricional e



fitossanitário, garantindo que o crescimento se mantenha contínuo, equilibrado e resistente frente a fatores externos.

Entre as atividades centrais, destaca-se a adubação de cobertura, aplicada de forma ajustada às exigências nutricionais da cultura neste estágio, assegurando o fornecimento constante de nutrientes indispensáveis ao crescimento vegetativo e à formação da estrutura da floresta.

Em paralelo, a aplicação sistemática de herbicidas pré e pós-emergentes continua sendo essencial para prevenir a germinação de plantas invasoras e controlar a vegetação espontânea nas entrelinhas.

O uso de glifosato em linhas e entrelinhas mantém o solo livre de competidores, permitindo que água, luz e minerais sejam direcionados exclusivamente às árvores de eucalipto.

O controle de pragas é intensificado nesta fase, por meio de aplicações terrestres ou aéreas, abrangendo áreas críticas e reduzindo de forma significativa os riscos de perdas de produtividade.

Práticas preventivas asseguram que o povoamento se mantenha saudável e uniforme, evitando danos que poderiam comprometer o potencial econômico da floresta e a sustentabilidade do projeto.

A quarta fase do projeto de silvicultura destina-se a formar uma floresta homogênea, produtiva e financeiramente viável. Ao diferenciar-se da etapa anterior, esta fase aprofunda o manejo nutricional e fitossanitário, preservando e potencializando os investimentos realizados previamente.

Trata-se de uma etapa de sustentação estratégica, que prepara a floresta para fases mais avançadas de crescimento e para a futura colheita, consolidando a trajetória de desenvolvimento planejada.

FASE 5 – MANUTENÇÃO E CONSOLIDAÇÃO AVANÇADA (ANO 5)

A quinta fase do projeto de silvicultura representa o estágio em que a floresta de eucalipto já se encontra em desenvolvimento intermediário-avançado, exigindo práticas de manejo mais específicas e voltadas à sustentação da produtividade.

Diferentemente da etapa anterior, que concentrou esforços na manutenção nutricional e no controle inicial de pragas e plantas competidoras, esta fase aprofunda o acompanhamento



técnico, garantindo que o povoamento mantenha vigor, uniformidade e esteja preparado para ingressar nas fases de maturação.

Dentre as atividades essenciais, previstas para o quinto ano do primeiro ciclo, destaca-se a adubação de cobertura, ajustada às exigências nutricionais próprias deste estágio, assegurando o fornecimento contínuo de nutrientes indispensáveis ao crescimento e ao fortalecimento estrutural das árvores.

A aplicação sistemática de herbicidas pré e pós-emergentes continua sendo fundamental para prevenir a germinação de plantas invasoras e controlar a vegetação espontânea nas entrelinhas. O uso constante de glifosato em linhas e entrelinhas continua mantendo o solo livre de competidores, garantindo que água, luz e minerais sejam direcionados exclusivamente às árvores de eucalipto.

O controle de pragas, realizado por meio de aplicação terrestre ou aérea, é intensificado nesta fase, abrangendo áreas críticas e reduzindo de forma significativa os riscos de perdas de produtividade.

A prática preventiva assegura que o povoamento se mantenha saudável e uniforme, evitando danos que poderiam comprometer o potencial econômico da floresta e a sustentabilidade do projeto.

A quinta fase contribui diretamente para o objetivo central da silvicultura: consolidar uma floresta homogênea, produtiva e financeiramente viável.

Ao diferenciar-se da etapa anterior, esta fase aprofunda o manejo técnico e garante que os investimentos realizados previamente sejam preservados e potencializados, preparando a floresta para o ciclo de maturação e futura colheita.

Em termos financeiros, observa-se que, nesta etapa, os custos tendem a ser mais direcionados e específicos, refletindo a necessidade de insumos ajustados ao estágio intermediário da floresta.

Embora os valores absolutos possam ser semelhantes aos da fase anterior, a natureza dos investimentos é distinta, voltada para assegurar a transição da floresta de um estágio de sustentação para um estágio de consolidação produtiva.



FASE 6 – MANUTENÇÃO E CONSOLIDAÇÃO AVANÇADA (ANO 6)

A sexta fase do projeto de silvicultura corresponde ao estágio de consolidação avançada da floresta de eucalipto, momento em que o manejo técnico assume caráter de sustentação plena da produtividade.

Diferentemente da etapa anterior, voltada à transição do estágio intermediário para a consolidação produtiva, esta fase aprofunda o controle nutricional e fitossanitário, assegurando vigor, uniformidade e preparação do povoamento para a maturação e futura colheita.

Entre as principais atividades, destacam-se a adubação de cobertura, aplicada de forma ajustada às exigências nutricionais específicas do período, garantindo o fornecimento contínuo de nutrientes indispensáveis ao crescimento e ao fortalecimento estrutural das árvores.

O controle de plantas invasoras é realizado por meio da aplicação sistemática de herbicidas pré e pós-emergentes, prevenindo a germinação indesejada e regulando a vegetação espontânea nas entrelinhas.

O uso de glifosato em linhas e entrelinhas mantém o solo livre de competidores, direcionando recursos hídricos e minerais exclusivamente às árvores de eucalipto.

Além disso, o controle de pragas é intensificado nesta fase, por via terrestre ou aérea, abrangendo áreas críticas e reduzindo significativamente os riscos de perdas de produtividade, assegurando sanidade e homogeneidade do povoamento.

A sexta etapa contribui diretamente com o projeto por consolidar uma floresta homogênea, produtiva e financeiramente sustentável. Enquanto a fase anterior possuía caráter de transição, esta fase reforça o manejo técnico e garante que os investimentos realizados previamente sejam preservados e potencializados, preparando a floresta para o ciclo de maturação e colheita.

FASE 7 – MANUTENÇÃO FINAL

A sétima e última fase do primeiro ciclo do projeto de silvicultura corresponde ao encerramento do período de manutenção da floresta de eucalipto, consolidando os investimentos realizados nas etapas anteriores e preparando o povoamento para a maturação plena e a colheita.

Diferentemente da sexta fase, que ainda se concentrava na consolidação avançada e na transição para a maturidade, esta etapa possui caráter conclusivo, voltado para a sustentação final da produtividade e para assegurar que a floresta alcance seu máximo potencial técnico e econômico.



Entre as atividades principais, destacam-se a adubação de cobertura, ajustada às exigências nutricionais finais, garantindo vigor até o corte, a aplicação contínua de herbicidas pré e pós-emergentes, que impedem a competição de plantas invasoras, o uso de glifosato em linhas e entrelinhas, mantendo o solo limpo e direcionando recursos hídricos e minerais exclusivamente às árvores de eucalipto, além do controle intensificado de pragas, realizado por via terrestre ou aérea, abrangendo áreas críticas e reduzindo riscos de perdas de produtividade.

Essas práticas asseguram sanidade, uniformidade e robustez do povoamento até o término do ciclo.

A sétima e última fase do primeiro ciclo contribui efetivamente com objetivo central do projeto, isto é, entregar uma floresta homogênea, produtiva e financeiramente sustentável, pronta para a colheita e, conseqüentemente, início da geração de recursos, por meio da comercialização da produção, para pagamento dos credores.

Enquanto a etapa anterior possuía caráter de consolidação, esta fase é marcada pela manutenção final, garantindo que os investimentos acumulados ao longo de todo o ciclo sejam preservados e convertidos em retorno econômico.

Do ponto de vista financeiro, os custos desta fase são recorrentes e indispensáveis, ainda que inferiores aos das fases iniciais de implantação, refletindo a menor necessidade de intervenções intensivas. Em comparação às demais etapas, observa-se que os gastos desta fase tendem a ser mais enxutos e direcionados, mas sua importância estratégica é elevada, pois assegura que a floresta chegue ao estágio de colheita em condições ideais de produtividade e qualidade.

4.3.1.1 Síntese integrada das 07 fases do projeto de silvicultura que compõem o primeiro ciclo: do plantio à colheita

O projeto de silvicultura apresentado, estruturado em sete fases, sete anos, evidencia uma lógica sequencial e integrada que assegura tanto a viabilidade técnica da floresta de eucalipto quanto sua função estratégica como geradora de recursos financeiros destinados ao pagamento dos credores. Cada etapa, desde a implantação até a manutenção final, é planejada de forma a garantir que os investimentos realizados se convertam em ativos produtivos e sustentáveis, fortalecendo o ciclo florestal e a estratégia dos irmãos Scalon para quitação dos débitos junto aos credores.



O primeiro ano constitui o alicerce do projeto, envolvendo preparo do solo, plantio das mudas, aplicação inicial de insumos e cuidados básicos para assegurar sobrevivência e crescimento uniforme.

É a etapa de maior aporte financeiro, pois estabelece a base sobre a qual todas as demais fases se desenvolvem.

No segundo ano o foco recai sobre nutrição e proteção das mudas, com adubação de cobertura, uso de herbicidas pré e pós-emergentes e controle de pragas, garantindo vigor vegetativo e reduzindo riscos de mortalidade.

A partir do terceiro ano é intensificado o manejo nutricional e fitossanitário, ajustando dosagens de insumos às necessidades específicas do estágio intermediário da floresta, reforçando a uniformidade do povoamento e preparando-o para fases mais avançadas.

No quarto ano a floresta já se encontra em estágio intermediário-avançado, exigindo manejo técnico mais direcionado, com adubação ajustada, controle intensivo de pragas e eliminação de competidores, assegurando vigor e resistência.

O quinto ano representa o momento de aprofundamento do controle nutricional e fitossanitário, garantindo uniformidade e preservando os investimentos anteriores, preparando a floresta para o ciclo de maturação.

O sexto ano corresponde ao estágio de consolidação plena, em que o manejo técnico assume caráter de sustentação final da produtividade, assegurando que a floresta alcance condições ideais para a colheita.

Por fim, o sétimo e último ano do primeiro conclui o ciclo, garantindo que a floresta atinja a maturidade em condições ideais de produtividade e qualidade, para, finalmente ocorrer a colheita e o início da geração de caixa para quitação dos débitos junto aos credores.

Sob o prisma financeiro, o projeto apresenta uma curva de custos decrescente e mais direcionada ao longo das fases. A implantação demanda maior aporte inicial, enquanto as etapas de manutenção concentram custos recorrentes, porém indispensáveis. Essa estrutura garante previsibilidade e transparência no fluxo de caixa, permitindo que os investimentos sejam planejados e controlados com racionalidade.

A interdependência entre as fases demonstra que o êxito da etapa seguinte depende da execução correta da anterior, formando um ciclo contínuo de nutrição, proteção e consolidação.

A coordenação técnica e financeira transforma o projeto em uma estratégia integrada de geração de recursos: cada fase contribui para que a floresta se torne um ativo econômico sólido,



cuja comercialização da madeira será fundamental para a geração de caixa e consequente cumprimento das obrigações com os credores.

O projeto de silvicultura em seu primeiro ciclo de sete anos não se limita a um plano de manejo florestal, mas configura-se como uma estratégia de recuperação econômica, em que o ciclo produtivo do eucalipto é convertido em receita futura, assegurando sustentabilidade técnica e financeira e garantindo a continuidade das atividades dos irmãos Scalon.

Ele contempla ainda a destinação integral da geração de caixa proveniente do primeiro ciclo produtivo ao pagamento dos créditos devidos aos credores dos irmãos Scalon, assegurando a regularização das obrigações financeiras existentes. Todavia, a estrutura de manejo florestal implementada não se encerra neste ciclo inicial, mas terá continuidade nos ciclos subsequentes, garantindo a perenidade da atividade.

Nessas etapas posteriores, os recursos auferidos serão direcionados prioritariamente para o fortalecimento dos negócios da família Scalon e para a sustentação de suas necessidades econômicas, consolidando a silvicultura como instrumento de geração de renda sustentável e de apoio às iniciativas familiares.

A continuidade do projeto após a quitação das obrigações financeiras representa não apenas a manutenção de uma atividade produtiva, mas também a consolidação de um modelo de gestão patrimonial voltado para a estabilidade e o desenvolvimento econômico da família.

A silvicultura, ao ser conduzida em ciclos sucessivos, permite a criação de um fluxo contínuo de receitas, reduzindo a dependência de fontes externas de financiamento e ampliando a capacidade de investimento em novos empreendimentos.

Além disso, a prática florestal sustentável contribui para a valorização dos ativos ambientais, reforçando o compromisso da família Scalon com a responsabilidade socioeconômica e ambiental.

Dessa forma, o projeto transcende o caráter meramente financeiro do primeiro ciclo e se projeta como uma estratégia de longo prazo, capaz de assegurar tanto a liquidez imediata quanto a sustentabilidade futura.

A destinação dos recursos dos ciclos subsequentes para os negócios e para a sustentação da família evidencia a dupla função da silvicultura: instrumento de saneamento financeiro inicial e, posteriormente, mecanismo de fortalecimento econômico e social.



Em síntese, trata-se de uma iniciativa que alia eficiência produtiva, responsabilidade ambiental e segurança patrimonial, configurando-se como um eixo estruturante para o desenvolvimento contínuo da família Scalon.

4.4 Equipamentos necessários para a implementação e consolidação do projeto de silvicultura em seus ciclos produtivos

A execução do projeto de silvicultura proposto pela família Scalon, estruturado em apenas um ciclo, do plantio à colheita, requer, além do planejamento e controle da produção, a utilização coordenada de máquinas e equipamentos agrícolas e florestais, cada qual desempenhando funções específicas que se integram ao manejo técnico e financeiro.

A mecanização, nesse contexto, não se limita a suporte operacional, mas constitui parte essencial da estratégia, pois garante eficiência, reduz custos e assegura que o manejo florestal se converta em ativos econômicos sólidos destinados ao pagamento dos credores.

No primeiro ano do ciclo inicial de sete anos há uma demanda maior de aporte de capital em mecanização pesada, com tratores equipados com subsoladores e grades aradoras para preparo do solo, além de plantadeiras que asseguram a correta introdução das mudas. É nessa etapa que se estabelece a base produtiva sobre a qual todas as demais fases se desenvolverão.

Nas fases seguintes, dois e três, entram em operação pulverizadores costais e tratorizados para aplicação de herbicidas, distribuidores de fertilizantes para adubação de cobertura e roçadeiras para controle da vegetação competidora, garantindo vigor e uniformidade do povoamento.

Nos quarto e quinto anos do ciclo inicial se intensifica o uso de pulverizadores de maior capacidade, inclusive com possibilidade de aplicação aérea, para o controle de pragas em áreas extensas.

Os distribuidores de fertilizantes permanecem fundamentais, com ajustes de dosagem conforme o estágio vegetativo, enquanto tratores com implementos específicos reforçam a manutenção das linhas e entrelinhas.

No penúltimo ano do primeiro ciclo, pulverizadores terrestres e aéreos tornam-se estratégicos para o controle fitossanitário abrangente, enquanto adubadeiras e tratores atuam em intervenções pontuais, preparando a floresta para a maturação produtiva.

Por fim, no sétimo ano do primeiro ciclo (preparação para a colheita), os equipamentos se concentram em operações conclusivas: pulverizadores para áreas críticas, distribuidores para



adubação final e tratores para manutenção, assegurando que a floresta alcance maturidade em condições ideais de produtividade e qualidade.

Complementarmente, diversos equipamentos desempenham funções essenciais e integradas ao longo do projeto. As caixas de transporte de mudas, o viveiro de espera e o tanque de tratamento asseguram a qualidade e a vitalidade das mudas até o momento do plantio.

O subsolador, a calcareadeira e os tratores de diferentes potências realizam o preparo adequado do solo, criando condições favoráveis para o estabelecimento da floresta.

A carreta de plantio e o adubador duplo filete contínuo otimizam a implantação, enquanto pulverizadores com barras, distribuidores e aplicadores de isca formicida garantem o controle eficiente de pragas.

No manejo hídrico, válvulas de irrigação, tanques de abastecimento, motobombas e o caminhão pipa viabilizam a irrigação e asseguram a disponibilidade de água em diferentes escalas.

Para suporte logístico, a pá carregadeira e a patrol contribuem na movimentação de insumos e na manutenção das vias internas.

Por fim, não menos importante, o transporte de pessoal e a supervisão das atividades são garantidos pelo ônibus de transporte coletivo e pelos veículos de apoio, assegurando a mobilidade logística e a coordenação operacional em todas as etapas do projeto.

Esse conjunto de máquinas e equipamentos, utilizado de forma articulada, sustenta a eficiência técnica, a produtividade e a sustentabilidade do empreendimento florestal.

Sob o ponto de vista técnico, observa-se que os equipamentos acompanham a evolução da floresta, passando de operações pesadas e estruturais no plantio para intervenções específicas nas fases finais. Do ponto de vista econômico-financeiro, a curva de custos reflete essa lógica: o primeiro ciclo exige maior investimento inicial em mecanização e insumos, enquanto os demais ciclos futuros apresentarão custos recorrentes mais enxutos e controlados.

Tal estrutura garante previsibilidade no fluxo de caixa e assegura que os recursos aplicados em mecanização sejam convertidos em produtividade e receita futura.

A correlação entre os equipamentos e as fases do projeto demonstra que a mecanização é o elo que conecta o manejo técnico à sustentabilidade financeira. Cada máquina ou equipamento, ao ser utilizado de forma coordenada, contribui para que a floresta de eucalipto se torne um ativo econômico robusto, capaz de sustentar o plano de recuperação e assegurar o cumprimento das obrigações com os credores.



Na sequência, é apresentado o quadro de equipamentos necessários para a operacionalização do presente Plano de Recuperação Judicial, especificando quantidades e valores estimados (preço de mercado) de aquisição:

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS	QTDE.	R\$/UNID.	TOTAL (R\$)
Plantadeira Manual para Mudas Eucalipto	5,00	R\$ 350,00	R\$ 1.750,00
Caixa Transporte de mudas	5,00	R\$ 250,00	R\$ 1.250,00
Valvula de Irrigação	8,00	R\$ 320,00	R\$ 2.560,00
Distribuidor de Isca formicida	1,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Patrol (opcional)	0,00	R\$ -	R\$ -
Pulverizador com Barras	3,00	R\$ 45.000,00	R\$ 135.000,00
Barra Compacta (Conceição)	2,00	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00
Aplicador Mecânico para Isca Formicida	1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Pá Carregadeira	1,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
Subsolador	1,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Trator Pesado 140 a 180cv	1,00	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00
Trator Leve 75 / 80cv	2,00	R\$ 120.000,00	R\$ 240.000,00
Trator Médio 85 a 105cv	2,00	R\$ 150.000,00	R\$ 300.000,00
Carreta Plantio	1,00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Tanque para Irrigação (5a6 mil L)	2,00	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00
Moto Bomba 2 a 3"	1,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00
Caminhão Pipa (20 mil L)	1,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
Calçariadeira	1,00	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
Viveiro de espera:	1,00	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Tanque para tratamento mudas	1,00	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00
Adubador Duplo Filete Contínuo	1,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Onibus Transporte pessoal	1,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Veículo Apoio - Supervisor	1,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
TOTAL DOS EQUIPAMENTOS	-	-	R\$ 2.088.860,00

É necessário ressaltar que a origem e aplicação dos recursos financeiros destinados à aquisição de máquinas e equipamentos serão apresentadas de forma detalhada nas projeções econômicas e financeiras constantes deste plano.

Reforça-se, ainda, que o conjunto de máquinas e implementos previstos mostra-se plenamente adequado e suficiente para atender às exigências técnicas e operacionais do projeto de silvicultura (e que continuarão sendo utilizados nos ciclos futuros), assegurando sua execução com elevado padrão de eficiência, produtividade e sustentabilidade e contribuindo diretamente com o Plano de Recuperação Judicial ora proposto pelos irmãos Scalon.

4.5 Colaboradores necessários para a implementação e consolidação do projeto de silvicultura

No contexto produtivo da silvicultura e nas suas demandas específicas por mão de obra, a análise da composição da equipe de colaboradores revela não apenas a suficiência numérica, mas também a adequação funcional de cada cargo às demandas técnicas e operacionais do projeto de silvicultura.

O encarregado de operações florestais (01 colaborador) desempenha papel estratégico, atuando como gestor de campo responsável pela integração entre planejamento e execução. Sua função vai além da supervisão: envolve a tomada de decisões críticas, a gestão de recursos e a



garantia de conformidade com normas ambientais e trabalhistas, assegurando que o projeto mantenha alinhamento técnico e financeiro.

O líder de equipe (01 colaborador), por sua vez, representa o elo direto entre a coordenação e a execução prática. Ele organiza as rotinas diárias, distribui tarefas, acompanha o desempenho dos auxiliares e operadores e garante que os procedimentos sejam realizados com segurança e qualidade.

Sua atuação é fundamental para manter a disciplina operacional e evitar falhas que possam comprometer a produtividade ou a sanidade da floresta.

Os auxiliares de operações florestais (06 colaboradores) constituem a base da força de trabalho.

A sua contribuição é decisiva no plantio das mudas, na aplicação manual de insumos e no controle da vegetação competidora, atividades que exigem precisão e constância para assegurar o estabelecimento inicial da floresta.

Nos ciclos futuros (ao se projetar a continuidade do projeto), sua atuação se volta à seleção e condução dos brotos mais vigorosos, eliminando plantas indesejadas e apoiando as operações mecanizadas.

Essa transição de funções demonstra a flexibilidade e a importância da mão de obra manual para garantir uniformidade e vigor ao povoamento.

Os operadores de máquinas (05 colaboradores) são responsáveis por atividades de maior impacto estrutural, como preparo do solo, adubação, irrigação e controle fitossanitário.

A sua atuação exige conhecimento técnico especializado e habilidade na condução de tratores, pulverizadores e implementos agrícolas, assegurando que as operações mecanizadas sejam realizadas com eficiência, reduzindo custos e aumentando a produtividade.

Nos ciclos futuros da silvicultura, sua função permanecerá essencial, ainda que com menor intensidade inicial, reforçando a manutenção das linhas e a aplicação de insumos em larga escala.

Os motoristas (02 colaboradores) completam a estrutura operacional ao garantir a logística interna do projeto.

São responsáveis pelo transporte de mudas, insumos, água e pessoal, além de apoiar na movimentação de equipamentos e abastecimento das operações. Sua contribuição é vital para assegurar a continuidade das atividades, evitando interrupções e garantindo que os recursos cheguem ao campo no momento adequado.



Essa composição de equipe (15 colaboradores), formada por profissionais com funções complementares e interdependentes, é considerada plenamente suficiente para atender às necessidades do projeto de silvicultura.

É imperativo destacar que a contratação de colaboradores locais no projeto de silvicultura dos irmãos Scalon será estruturada em conformidade com as categorias profissionais vigentes e alinhada à realidade de mercado, tanto em âmbito local quanto regional. Os salários são definidos em consonância com os parâmetros legais e convenções coletivas, assegurando o cumprimento das exigências normativas trabalhistas e garantindo condições dignas de remuneração.

Os custos correspondentes, incluindo encargos sociais e benefícios, estarão devidamente demonstrados nas projeções econômicas e financeiras do presente plano, garantindo transparência, previsibilidade e sustentabilidade na gestão dos recursos humanos.

A análise evidencia que cada colaborador contribui de forma direta e indispensável para o sucesso do empreendimento: da coordenação estratégica à execução manual, da mecanização pesada à logística de apoio, todos os papéis se articulam para transformar o projeto de silvicultura em um ativo econômico robusto, capaz de sustentar o plano de recuperação judicial e assegurar o cumprimento das obrigações financeiras.

Além da observância estrita às obrigações legais, o empreendimento adota práticas que promovem a qualidade de vida dos trabalhadores, incluindo ambientes laborais seguros, respeito às jornadas de trabalho e incentivo ao desenvolvimento profissional. Essa abordagem fortalece a relação entre empresa e comunidade, consolidando um modelo de gestão que valoriza o capital humano como ativo estratégico.

Sob o ponto de vista da sustentabilidade, o projeto não se limita à preservação ambiental inerente à silvicultura e ao pagamento dos credores, mas também incorpora compromissos sociais fundamentais. A geração de emprego e renda, associada à melhoria da qualidade de vida da população local, configura-se como um retorno positivo à sociedade.

Assim, o empreendimento cumpre sua função social, devolvendo benefícios tangíveis à comunidade e reforçando sua legitimidade como agente de desenvolvimento sustentável.



4.6 Da geração de caixa do empreendimento

4.6.1 Racional estratégico da proposta

No contexto de uma Recuperação Judicial, a reestruturação do passivo deve ser encarada sob a ótica da viabilidade econômica estrita.

Para empresas do segmento de silvicultura, o alinhamento entre o cronograma de pagamentos e a maturação biológica dos ativos, no caso, a floresta de eucaliptos, não é apenas uma escolha financeira, mas um imperativo operacional.

Nesse contexto, a proposta de investimento em silvicultura como alternativa para pagamento dos credores da Recuperação Judicial, fundamenta-se na necessidade de calibrar as obrigações ao fluxo de caixa projetado, garantindo que o plano possua lastro técnico e exequibilidade. Sob uma perspectiva estratégica, a estrutura aqui apresentada oferece um desfecho superior ao cenário de falência ou liquidação forçada.

Logo, o objetivo desta seção do plano de recuperação dos irmãos Scalon, ora apresentado, é detalhar a fundamentação econômica (investimentos, gastos e geração de caixa) que garantem a solvência da família Scalon ao longo do ciclo de nove anos, transitado de uma fase de investimento intensivo para a liquidação total da dívida, conforme fundamentado na seção anterior.

4.6.2 Dinâmica do Fluxo de Caixa: Período pré-Operacional e Investimento (Anos 1 a 6)

Os primeiros seis anos são caracterizados como o estágio de desenvolvimento biológico e formação de ativos (floresta de eucaliptos).

O fluxo de caixa neste período é direcionado prioritariamente para o *Capex* (investimentos) e *Opex* (manutenção) das áreas 1, 2 e 3, seguindo um cronograma de plantio escalonado, indicado para reduzir riscos operacionais e desenvolvimento da curva de aprendizagem, associado, ainda, a geração de caixa para o investimento.

A viabilidade desta fase repousa sobre dois pilares críticos:

1. **Aporte de recursos:** Está previsto aporte de capital novo entre os anos 1 e 6, com origem na venda parcial de áreas da propriedade, com destino único e exclusivo dos recursos levantados para o projeto de silvicultura.
2. **Destinação dos recursos:** Os aportes financiarão a aquisição de máquinas e equipamentos, estimados segundo levantamento prévio, em R\$ 2.088.860,00 no ano 1, e



o plantio sequencial das três áreas produtivas, somando o investimento total de aproximadamente R\$ 67.200.000,00. A carência de amortização gerará o valor que garantirá o pagamento da dívida no futuro.

O fluxo de caixa projetado contemplando as saídas com investimentos, pagamento de juros aos credores, gastos com o processo de recuperação judicial, plantio e manutenção escalonado das áreas 1, 2 e 3 (anos 1 a 6), encontram-se na Projeção de Fluxo de Caixa disponível no Apêndice 1 desta proposta de Plano de Recuperação.

4.6.3 Ciclo de Colheita e Amortização (Anos 7 a 9)

A liquidação do passivo ocorrerá em perfeita sincronia com a colheita e a geração de receita proveniente das áreas plantadas.

Importante ressaltar que o plano não se baseia em projeções abstratas, mas na produtividade real e escalonada das áreas 1, 2 e 3, que atingem o ponto de corte/venda nos anos finais do plano.

A robustez da geração de caixa permite um cronograma de amortização agressivo, com saldo previsto de caixa para amortização de débitos junto aos credores já considerados juros sobre saldo devedor da Recuperação Judicial e deságio necessário para conciliar a geração de caixa ao total dos débitos.

Os recursos projetados referentes aos aportes (anos 1 a 6) e receita das áreas de plantio (anos 7 a 9) encontram-se disponíveis na Projeção de Fluxo de Caixa, Apêndice 1.

4.6.4 Da fonte de recursos para o investimento

O projeto, conforme demonstrado por meio de seu fluxo de caixa, exige investimentos iniciais que se propõe sejam realizados por meio da venda parcial de áreas.

Considerando o valor do investimento e sua necessidade de recursos, demonstrado no fluxo de caixa (Apêndice 1) e, o valor médio do hectare das áreas a ser vendida para levantamento dos recursos, avaliada recentemente em aproximadamente R\$ 31.500,00/ha, estima-se a necessidade de venda de aproximadamente 2.300 hectares, viabilizando os recursos necessários ao investimento para o projeto da silvicultura.



4.7. Deságio sobre o total da dívida para conciliação com a geração de caixa e juros sobre saldo devedor

O projeto apresenta, conforme demonstrado do fluxo de caixa (Apêndice 1), robusta geração de recursos financeiros para pagamento dos credores nos anos 7, 8 e 9. No entanto, ainda não suficiente para quitação do total do saldo devedor.

Tal situação exige, em termos técnicos, a aplicação de deságio de 80% (oitenta por cento) sobre o passivo posicionado em dezembro de 2025, mês da proposição da tutela cautelar antecedente, deferida por meio da decisão de fls. 534-546 dos autos do processo 0870776-8.2025.8.12.0001.

De maneira a demonstrar o compromisso dos irmãos Scalón junto aos seus credores, tendo em vista a necessidade do desconto (deságio) sobre saldo devedor e, considerando a carência exigida no estágio de desenvolvimento da formação dos ativos (floresta de eucaliptos), o presente plano propõe a remuneração do saldo dos credores em 80% (oitenta por cento) da remuneração do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a ser aplicado sobre o saldo após deságio posicionado em dezembro de 2025, que será incorporado ao crédito dos credores e pago nas condições propostas neste plano.

A remuneração do saldo dos créditos remanescentes após aplicação do deságio terá como base dezembro de 2025, conforme demonstrado no Apêndice 2, que trata da evolução do saldo e amortização do saldo dos credores da recuperação judicial.

4.8 Da proposta de pagamento aos credores

Logo, diante do quadro apresentado, os pagamentos das dívidas contraídas anteriormente, que se sujeitem a este Plano de Recuperação necessitarão de condições especiais, visando o pagamento dos créditos.

As condições especiais mencionadas contemplam:

- **Deságio de 80%** do valor da dívida posicionada em dezembro de 2025, justificado pela limitação da geração de caixa da atividade da silvicultura, conforme demonstrado no fluxo de caixa disponível no Apêndice 1.
- **Atualização monetária e juros do saldo devedor remanescente equivalentes a 80% da taxa do CDI**, no período de dezembro de 2025 até o pagamento final, conforme fluxo de caixa projetado (Apêndice 1), que ocorrerá no ano 9, momento do corte da última área



de plantio de eucalipto, conforme Apêndice 2 que apresenta juros e amortização por credor.

- **Credores da Classe 1 – Trabalhista**

- A Lei nº 11.101/05 estabelece que o prazo geral para pagamento de créditos trabalhistas na recuperação judicial é de até 1 ano, contado a partir da homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) pelo juiz.
- Tendo em vista que os 3 (três) créditos classificados como de natureza trabalhista são oriundos de honorários advocatícios, estes, segundo o art. 85 § 14, do CPC e Súmula Vinculante 47 do STF, são legalmente equiparados aos créditos trabalhistas.

- **Credores das Classes 2, 3 e 4**

- Remuneração com juros na proporção de 80% do CDI após aplicação do deságio de 80% sobre o saldo posicionado em dezembro de 2025;
- Amortização nos anos 7, 8 e 9 conforme Apêndice 2, que apresenta o pagamento de juros e amortização por credor da Recuperação Judicial.

O fluxo de caixa projetado (Apêndice 1) demonstra de forma técnica as receitas e gastos até o ano 9 do projeto. Logo, demonstra a capacidade de pagamento da recuperanda, justificando a proposta de deságio e saldo remanescente corrigido pela taxa do CDI (80%), conforme descrito acima.

Diante do exposto, **conclui-se** que:

- Frente às alterações de cenário econômico que impactaram as atividades empresariais e agropecuárias dos irmãos Scalón, descritas no tópico 2, **se fez necessário** requerer os benefícios da Lei 11.101/05;
- O valor a ser pago aos credores será aquele decorrente do deságio de 80% a ser aplicado sobre o valor dos créditos posicionados em dezembro de 2025, com juros baseados em 80% da taxa do CDI mensal;
- O **deságio de 80% é tecnicamente justificado**, visto que **permite conciliar o valor total dos créditos da recuperação judicial, acrescidos de juros**, com o valor a ser alcançado com a exploração da silvicultura;
- A **proposta permite o pagamento aos credores mediante deságio, ao mesmo tempo que assegura a continuidade da atividade** de exploração da silvicultura, por meio de novos ciclos de produção, da recuperanda, **alcançando o objetivo da recuperação**



judicial, que é “viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”, conforme definido no art. 47 da Lei 11.101/05, que regula a recuperação judicial.

5. LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Quando da análise das projeções de fluxos de caixa fundamentadas no processo de reestruturação operacional, caracterizada pela implantação da exploração da silvicultura apresentadas no tópico 4.3 que tratou da viabilidade econômica da atividade, conclui-se a existência das condições necessárias para superar o momento de crise econômica e financeira a qual atravessam os irmãos Scalon, o que lhes permitirá pagar os credores constantes do processo de recuperação em curso.

Diante do exposto, a Hollos Consultoria e Perícia Ltda., empresa devidamente registrada no Corecon-SP sob nº RE/407, representada por seu economista responsável, Douglas Fernandes e o administrador Marcelo Plens, registro CRA-SP 73.752, que assina como técnico integrante da equipe de consultores da Hollos, apresenta como parecer técnico, que **mediante a ocorrência dos cenários projetados neste Plano**, a atividade da silvicultura proposta como alternativa para geração de caixa a ser destinado ao pagamento dos credores da recuperanda, apresenta as condições para sua recuperação econômica e financeira.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

Aprovado e homologado o presente plano de recuperação, estarão obrigados os Srs. Lídio Scalon, Orivaldo Scalon, Luís Fernando Scalon, este último representante do Espólio de Fioravante Scalon, os credores presentes, os ausentes e os que tenham votado contrariamente às deliberações deste Plano, desde que essas deliberações sejam aprovadas em Assembleia ou pelo Poder Judiciário, e obrigará ainda seus eventuais sucessores, e a quem tiver aderido ao plano, implicando este em novação de todos os créditos aos efeitos da recuperação judicial e daqueles cujos credores tenham aderido ao plano, devendo sujeitar-se aos prazos e condições nele previstos.



Aprovado o plano em Assembleia Geral de Credores – AGC, estarão automaticamente suspensas todas as ações de cobrança, execuções por títulos judiciais ou extrajudiciais, com garantias reais ou não, monitórias ou qualquer outra modalidade coercitiva de recebimento ajuizada contra a recuperanda, relativamente aos créditos declarados, sujeitos ou não a esta Recuperação Judicial. Os credores interessados em interromper a prescrição com relação aos terceiros garantidores deverão valer-se unicamente do protesto judicial previsto no código Civil e Código de Processo Civil.

Aprovado este plano em Assembleia Geral de Credores, deverá ser excluído o nome da recuperanda dos cadastros de inadimplentes, não podendo, do mesmo modo e condições, ser inscrito os débitos sujeitos à Recuperação Judicial nos órgãos de divulgação de dados sigilosos, tais como SERASA, SPC e cartórios de protestos de títulos e documentos.

A condição suspensiva acima mencionada está automaticamente revogada no caso de inadimplência do cumprimento das obrigações assumidas neste plano, podendo os credores retomar as ações judiciais contra a recuperanda, seus fiadores, avalistas e garantidores a qualquer título.

Pagos os débitos constantes nesta Recuperação Judicial, os credores automaticamente darão plena, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamarem, seja a que título for, com relação ao devedor principal, seus garantidores e sucessores.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial, caberá aos credores enviar comunicado por escrito à Recuperanda ou ao Administrador Judicial, informando os dados bancários para recebimentos de seus valores. No caso de não cumprimento desta obrigação, não será considerada a Recuperanda inadimplente por eventuais parcelas não pagas.

Somente será decretada a falência em decorrência de descumprimento deste plano de recuperação, após a convocação e realização de nova Assembleia Geral de Credores, cuja pauta será a deliberação sobre a alteração do plano ou, sendo o caso, a opção pela quebra.

Fica eleito o foro onde se encontra o processo em questão para dirimir qualquer dúvida relativa aos negócios havidos nesta recuperação judicial até final do cumprimento.



7. ENCERRAMENTO

O presente Plano de Recuperação Judicial é composto de 40 (quarenta) folhas mais os Apêndices 1 e 2, além do Anexo 1.

Presidente Prudente-SP, 27 de agosto de 2026.

HOLLOS CONSULTORIA E PERÍCIA LTDA
Douglas Fernandes - Economista –
Corecon-SP nº 28.359

MARCELO PLENS
CRA-SP 73.752

LÍDIO SCALON
CPF 340.895.948-04

LUÍS FERNANDO SCALON
Representante do Espólio de Fioravante Scalon
CPF 268.316.918-38

ORIVALDO SCALON
CPF 724.663.248-49